

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA-GO**

Pregão Eletrônico: 17/2024

Processo nº 60686/2024

Assunto: Pedido de Reconsideração de Decisão Desclassificatória

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, estabelecida na Rua C-159, nº 686, Quadra 297, Lotes 09/18/19/20, Bairro Jardim América, CEP 74255-140, Goiânia-GO, endereço eletrônico juridico02@supermedica.com.br, por meio de sua advogada infra-assinada, vem, respeitosamente à presença do Senhor Responsável pelo Setor de Licitações e Contratos, com fundamento no artigo 5º, incisos LV, CF/1988 e nos Artigos 165 a 169, artigo 183 da Lei 14.133/2021 e nas demais Leis que fizerem pertinentes, interpor o **RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO DESCLASSIFICATÓRIA** o que faz pelos termos e fundamentos a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A tempestividade do recurso administrativo é fundamental para garantir os princípios constitucionais do **contraditório e da ampla defesa**. Caso a Administração Pública imponha obstáculos ao exercício do direito de recorrer, como a ausência de comunicação adequada, pode haver afronta direta aos princípios constitucionais e à legalidade.



Matriz

Filial

Sendo assim, o presente recurso administrativo é apresentado dentro do prazo legal, em conformidade com a Lei de Licitação 14.133/2021, que assegura o prazo de 03 (três) dias ÚTEIS para interposição de recursos, contados a partir da ciência da decisão.

A SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA tomou ciência formal da decisão de desclassificação em 08/01/2025, as 17:00hs conforme consta na ATA. Assim, este recurso está sendo protocolado em 13/01/2025 dentro do prazo previsto na Lei, sendo tempestivo e apto a ser conhecido pela autoridade competente.

II – DA SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 17/2024 tipo menor preço cujo objeto se trata de AQUISIÇÃO DE BOLSAS E INSUMOS DE COLOSTOMIA, ILEOSTOMIA E UROSTOMIA PARA ATENDER AOS PACIENTES ORIUNDOS DE PROCESSOS JUDICIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

A empresa ora Recorrente participou do Pregão Eletrônico 17/2024 no Município de Itumbiara-GO, em 13/12/2024 a partir da 08:02 horas, sendo declarada vencedora do Itens 07, 14 e 15, conforme proposta alinhada.

Todavia, houve sua desclassificação por motivos falaciosos, errôneos.

Os motivos indicados para a desclassificação foram:

- **Item 07:** Produto alegadamente não contendo 100% dos princípios ativos exigidos.
- **Itens 14 e 15:** Produto disponível apenas em caixas de 15 unidades, enquanto o edital solicita caixas de 10 unidades.

Desclassificação feita com base em alegações técnicas constantes do parecer emitido pela comissão avaliadora, sendo indicados motivos falaciosos, errôneos, uma vez que, além de atendermos ao Edital, apresentamos o melhor valor para a administração pública. Posto isto, esta Recorrente vem demonstrar que tais alegações contradizem as informações e compromissos apresentados na proposta.



Matriz

Filial

Nesse contexto, com base no princípio da ampla defesa e do contraditório, aplicáveis ao caso em questão, **são apresentadas as informações por meio de Recurso Administrativo com Pedido de Reconsideração, a fim de que seja recebido e haja retratação.**

III – DAS CONTRARRAZÕES

a) Da Desclassificação dos Itens 07, 14 e 15:

a.1) ITEM 07 - Spray Barrier - A desclassificação foi fundamentada no argumento de que o produto não contém princípios ativos exigidos no edital. Entretanto, reforçamos que o Barrier atende ao objetivo do produto, ao qual oferece proteção eficaz contra resíduos corporais e adesivos, além de possuir as seguintes características, conforme ficha técnica anexa:

- Forma uma película fina, permitindo que a pele respire.
 - Não contém álcool, evitando ardência.
 - Secagem rápida e compatibilidade com regiões irritadas.
- Assim, o produto cumpre plenamente as funções especificadas no edital, garantindo segurança e eficácia.

Sendo assim, é notório que atendemos as qualificações contidas no Edital, vejamos a Descrição do produto no Edital:

Descrição do produto
Descrição do edital: SPRAY BARREIRA VUELO BARREIRA PROTETORA DE PELE EM SPRAY, INDICADO PARA PROTEÇÃO DA PELE CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DE RESÍDUOS DO CORPO E ADESIVOS, COMPOSTO POR HEXAMETILDISILOXANO, CICLOPENTASILOXANO, SILICA TRIMETILADO. O PRODUTO FORMA UMA PELÍCULA FINA, PERMITINDO QUE A PELE RESPIRE, SECA EM SEGUNDOS, NÃO DEIXA RESÍDUOS, NÃO CONTÉM ÁLCOOL, SENDO ASSIM NÃO PROVOCA ARDÊNCIA E PODE SER APLICADO EM REGIÃO IRRITADA. FORNECE PROTEÇÃO CONTRA PROBLEMAS ASSOCIADOS A VAZAMENTOS, SEM AFETAR A ADESÃO DE ADESIVOS. NÃO ESTÉRIL. ACONDICIONADO EM DE TUBO DE 28 ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM CAIXA COM 1 UNIDADE.
Descrição interna: 20119 - SPRAY DE BARREIRA 28 ML

**9 Matriz****9 Filial**

Segue o descritivo do produto apresentado por esta Recorrente, como se analisa:



Ressalta ainda, que foi registrada a recusa da nossa proposta com base no parecer técnico infundado, resultando na habilitação do fornecedor **ATIVIDADE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, cuja oferta foi significativamente superior (**R\$ 115,00**).

Inclusive fornecemos esse mesmo produto para algumas Secretarias Municipais de Saúde aqui em Goiás, como por exemplo em Rio Verde-GO.

Sendo assim, o **Art. 67 da Lei nº 14.133/2021** toda decisão administrativa deve ser fundamentada de forma **clara e objetiva**, permitindo o pleno entendimento das razões que a embasaram. No presente caso, as justificativas do parecer técnico não demonstram, de maneira inequívoca, que os produtos ofertados não atendem às necessidades do órgão.

Além do mais, os **princípios da isonomia e economicidade**, previstos





no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, foram violados ao desclassificar propostas que atendem às necessidades do órgão e oferecem a melhor relação custo-benefício.

Deste modo, é notório que a decisão desclassificatória não considerou adequadamente a exequibilidade e a conformidade técnica da proposta apresentada, tampouco atendeu ao princípio da ampla defesa e do contraditório, previstos no art. 5º, LV, da Constituição Federal e no art. 165, II, da Lei nº 14.133/2021, conforme podem ver parte da ATA de Realização do Pregão:

Lances				
Lances do Item 7				
Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	06.065.614/0001-38	R\$ 32,00	13/12/2024 08:57:29	Fornecedor Desclassificado
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	06.065.614/0001-38	R\$ 79,80	12/12/2024 17:52:02	Fornecedor Desclassificado
ATIVIDADE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	33.772.464/0001-75	R\$ 115,00	12/12/2024 11:27:54	Classificado

a.2) ITEM 14 e 15 - Bolsas de Colostomia Opaca e Transparente (Marca CASEX):

Alega-se que os produtos estão disponíveis apenas em caixas com 15 unidades, o que não atende ao edital. Contudo:

- Nossa proposta compromete-se ao fornecimento de caixas de 10 unidades, conforme solicitado.
- As fichas técnicas anexas comprovam que as especificações técnicas, como barreira protetora recortável, dimensões exigidas e registro na ANVISA, são atendidas.

Conforme demonstra na Proposta Alinhada, especifica o fornecimento do produto em **caixas com 10 unidades**, conforme solicitado no edital, vejamos:





SUPERMÉDICA

DISTRIBUIDORA HOSPITALAR

06.065.614/0001 - 38

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA
HOSPITALAR LTDA

Rua C - 159 n° 686 Qd. 297
Lt. 09/18/19/20, Jardim América
CEP: 74.255-140

GOIÂNIA - GO

14	UND.	16.380,00	Descrição do edital: BOLSA DE COLOSTOMIA OPACA (1PEÇA) BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, DRENÁVEL OPACA, RECORTÁVEL, TAMANHO APROXIMADO DE 1070MM, COM BARREIRA PROTETORA DE PELE, DIÂMETRO DE ABERTURA PARA ESTOMA, RECORTÁVEL, INICIAL EM 10M E MÁXIMO DE 70MM E CLIPE DE FECHAMENTO. CAIXA COM 10 UNIDADES. REGISTRO ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES. Descrição interna: 19985 - +BOLSA COLOSTOMIA REC. OPACA 19-64MM C/10	CASEX Procedência: Registro M.S.:10.222.320.017,0000
15	UND.	3.600,00	Descrição do edital: BOLSA DE COLOSTOMIA TRANSPARENTE (1PEÇA) BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, DRENÁVEL TRANSPARENTE, RECORTÁVEL, TAMANHO APROXIMADO DE 1070MM, COM BARREIRA PROTETORA DE PELE, DIÂMETRO DE ABERTURA PARA ESTOMA, RECORTÁVEL, INICIAL EM 10M E MÁXIMO DE 70MM E CLIPE DE FECHAMENTO. CAIXA COM 10 UNIDADES. REGISTRO ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES. Descrição interna: 11242 - BOLSA COLOSTOMIA REC. TRANS 13-70MM UND	CASEX Procedência: Registro M.S.:

Posto isto, as justificativas apresentadas no ofício não são acompanhadas de parecer técnico detalhado que comprove a alegada incompatibilidade dos produtos. Como podem ver nas imagens a seguir, **os Itens 14 e 15 atendem a todos os requisitos técnicos do edital**, como barreira protetora recortável e dimensões especificadas, **e ainda reiteramos que o fornecimento será realizado em caixas com 10 unidades**, conforme compromisso.



Destarte, a desclassificação contraria o **art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021**, **que assegura igualdade de condições e ampla concorrência entre os licitantes.**

Conforme o **artigo 67 da Lei de Licitação** as justificativas



(62) 3928-8989



supermedica.com.br



gestorcomercial@supermedica.com.br

Matriz

Supermédica Distribuidora Hospitalar LTDA,
CNPJ: 06.065.614/0001-38/ INSC: 10.603.975-0
Rua C-159, N° 686, QD. 297, LT. 9, 18, 19 e 20
Jardim América, Goiânia - GO - CEP: 74.255-140

Filial

Supermédica Distribuidora Hospitalar LTDA,
CNPJ: 06.065.614/0002-19/ INSC: 0778173100270
Tr.Sia Trecho 03/04, SN, Lote 625 e 695, Bloco B, Sala 222
Zona Industrial (Guard), Brasília - DF - CEP: 71.200-030

apresentadas no ofício não são acompanhadas de parecer técnico detalhado que comprove a alegada incompatibilidade dos produtos, violando, desta forma, os princípios da Ampla Defesa e Contraditório, uma vez que não foi oportunizado à esta Recorrente o contraditório antes da decisão de desclassificação, em afronta ao devido processo administrativo.

Além do mais o artigo 33, §1º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que "a especificação do objeto será suficiente para permitir a identificação do bem ou serviço e vedará especificações que limitem a competição." Não há justificativa para a exclusão de um produto que cumpre as funções exigidas pelo edital. Exigências inflexíveis e sem embasamento técnico restringem indevidamente a competitividade, causando prejuízo à Administração Pública.

b) Da Proibição de Restrições Indevidas à Competitividade:

A Lei nº 14.133/2021 busca garantir ampla competitividade nos certames licitatórios, vedando a inclusão de exigências que restrinjam injustificadamente a participação de fornecedores.

No caso em análise, a desclassificação dos produtos ofertados pela SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA para os Itens **07, 14 e 15**, sob justificativas que carecem de embasamento técnico robusto, configura uma restrição indevida à competitividade.

b.1) Exigências Excessivas ou Irrelevantes:

Item 07 – Spray Barrier: A desclassificação baseia-se na alegação de que o produto não é "exatamente idêntico" ao solicitado, ignorando que o produto ofertado cumpre as funções técnicas exigidas no edital. A exigência de identidade absoluta é uma especificação **excessiva e desnecessária**, que restringe a participação de fornecedores aptos a atender ao objeto da licitação.



Matriz

Filial

Itens 14 e 15 – Bolsas de Colostomia: A justificativa de que o produto CASEX está disponível apenas em caixas de 15 unidades desconsidera o compromisso firmado na proposta de fornecimento em caixas de **10 unidades**, em estrita conformidade com o edital. **A desclassificação, sem analisar a viabilidade desse compromisso, impõe uma restrição inadequada à competitividade.**

Os produtos ofertados atendem aos requisitos técnicos e finalidades práticas descritas no edital, **como eficácia, segurança, qualidade e menor preço.** A desclassificação dos itens da SUPERMÉDICA não apenas limita a concorrência, mas também viola o princípio da **razoabilidade**, ao exigir características que não impactam no cumprimento da função do produto, e da **eficiência**, ao excluir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ao restringir indevidamente a competitividade, a Administração Pública compromete o objetivo primordial das licitações: obter a melhor proposta, considerando **qualidade e menor preço** conforme estabelece o **artigo 11 da Lei 14.133/2021:**

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

No presente caso, a desclassificação resultou na aceitação de propostas mais onerosas para os cofres públicos, em detrimento de uma oferta tecnicamente compatível e economicamente vantajosa. Inclusive demonstramos através da planilha de economicidade, vejamos:

**Matriz****Filial**



ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO LANCE FINAL SUPERMÉDICA	V.TOTAL	%	PREÇO VENCEDOR	TOTAL	VENCEDOR	PREJUÍZO
7	16	FR	SPRAY DE BARRERA 28 ML	BYLD CARE	R\$ 32,00	R\$ 512,00	59,37%	R\$ 115,00	R\$ 1.840,00	ATIVIDADE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 1.328,00
54	1830	UND	BOLSA COLOSTOMIA REC. OPACA 19-64MM C/10	CASEX	R\$ 84,48	R\$ 1.383.762,40	30,36%	R\$ 110,13	R\$ 1.803.929,40	CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	R\$ 420.347,00
55	1830	UND	BOLSA COLOSTOMIA REC. TRANS 13-70MM C/10	CASEX	R\$ 84,48	R\$ 304.128,00	30,36%	R\$ 110,13	R\$ 396.488,00	CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	R\$ 92.340,00

Ressalta que o valor do prejuízo a este Município é evidente, conforme demonstrada na planilha (anexo). Sendo assim, quando a Administração Pública falha em assegurar o uso eficiente dos recursos públicos, resulta em desperdício de dinheiro, perda de qualidade ou aquisição desvantajosa.

Acerca do assunto, observe o que diz o Jurista Marçal Justen Filho:

“O elenco dos artigos 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, a cada licitação, exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir o mais do que ali previsto. Mas poderá demandar menos.” (in Comentário à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 11ª Ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 306).

A desclassificação baseada em exigências excessivas ou interpretações restritivas do edital compromete a **ampla competitividade**, em afronta ao **art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021**, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes. Isso fere, ainda, o princípio da isonomia, ao tratar de forma desigual fornecedores que apresentaram propostas equivalentes ou superiores em termos de qualidade e conformidade técnica.

Algumas Jurisprudências reforçam que as exigências técnicas em editais devem ser proporcionais e justificadas. Conforme podemos analisar o seguinte acórdão:

TCU – Acórdão nº 2.783/2020: O TCU declarou irregular uma licitação em que a administração exigiu características específicas demais, sem uma justificativa técnica devidamente embasada. O tribunal determinou a adequação do edital, eliminando as exigências que restringiam indevidamente a competição.



E ainda, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça nos informa da seguinte maneira:

STJ – REsp 1.581.555/SP: Nesse julgamento, o STJ destacou que as exigências técnicas do produto devem estar limitadas ao necessário para a execução do contrato, sendo vedada a imposição de condições que não sejam essenciais ao objeto do contrato. A Corte tem considerado que exigências técnicas desproporcionais configuram restrição indevida à competitividade e ferem os princípios da igualdade e da legalidade.

Contudo, é notório que a jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforçam a necessidade de que as exigências técnicas do produto, de forma desproporcional, sejam razoáveis e proporcionais ao objeto do contrato. Exigências excessivamente específicas **têm sido reiteradamente anuladas.**

Conclui-se que, à luz da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), da Constituição Federal, das jurisprudências do STJ e do TCU, a exigência de funções técnicas com objeto, de modo que sejam muito específicas, principalmente quando atendido as exigências do próprio Edital, **é ilegal e inconstitucional.** Essa prática restringe a competitividade, viola os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, além de criar barreiras injustas para empresas qualificadas, **podendo caracterizar direcionamento do certame.** Portanto, é essencial que a administração pública reconsidere sua decisão, evitando nulidade e favorecimento indevido.

VIII – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto **Requer** que:

a) **Que este Recurso seja conhecido e admitido**, por estar apresentado dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis, conforme estabelece o **art. 183 da Lei nº 14.133/2021**;

b) **Que a decisão de desclassificação** dos produtos ofertados pela SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA para os Itens **07, 14 e 15** seja **reconsiderada**, com base nos argumentos apresentados,

c) **Que, caso a reconsideração não seja possível, a comissão organizadora realize uma nova análise técnica detalhada dos produtos ofertados,**



Matriz

Filial

garantindo que: **I** - A fundamentação das decisões observe o disposto no **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, com justificativas claras, objetivas e tecnicamente embasadas. **II** - A análise respeite o princípio da razoabilidade e a proibição de restrições indevidas à competitividade, conforme **Lei nº 14.133/2021**.

d) Que, em caso de manutenção da decisão de desclassificação, o recurso seja encaminhado à **autoridade superior**, conforme determina o **art. 165, §4º, da Lei nº 14.133/2021**, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório em todas as etapas;

e) Que todos os demais licitantes sejam **intimados para apresentar contrarrazões**, nos termos do **art. 183, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, assegurando o cumprimento do devido processo administrativo;

f) Que o certame **seja suspenso quanto aos Itens 07, 14 e 15** até que o recurso seja analisado, para evitar possíveis prejuízos à competitividade e ao interesse público.

g) Que, ao final, o presente recurso seja **deferido**, com a consequente:

I - Revalidação da proposta da SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA para os Itens 07, 14 e 15; II - Adjudicação dos referidos itens à proponente, em observância aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência.

h) Que a decisão final sobre este recurso seja comunicada **formalmente à Recorrente**, no endereço eletrônico informado, conforme previsto no Artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Nestes Termos,
Pede o deferimento.

Goiânia, 13 de janeiro de 2025.



(62) 3928-8989



supermedica.com.br



gestorcomercial@supermedica.com.br

Matriz

Supermédica Distribuidora Hospitalar LTDA,
CNPJ: 06.065.614/0001-38/ INSC: 10 603 975-0
Rua C-159, N° 686, QD. 297, LT. 9, 18, 19 e 20
Jardim América, Goiânia - GO - CEP: 74.255-140

Filial

Supermédica Distribuidora Hospitalar LTDA,
CNPJ: 06.065.614/0002-19/ INSC: 0778173100270
Tr.Sia Trecho 03/04, SN, Lote 625 e 695, Bloco B, Sala 222
Zona Industrial (Guard), Brasília - DF - CEP: 71.200-030



SUPERMÉDICA
DISTRIBUIDORA HOSPITALAR

06.065.614/0001 - 38

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA
HOSPITALAR LTDA

Rua C - 159 n° 686 Qd. 297
Lt. 09/18/19/20, Jardim América
CEP: 74.255-140

GOIÂNIA - GO

JÉSSYKA COSTA RODRIGUES
OAB/GO 58.614



(62) 3928-8989



supermedica.com.br



gestorcomercial@supermedica.com.br

📍 **Matriz**

Supermédica Distribuidora Hospitalar LTDA,
CNPJ: 06.065.614/0001-38/ INSC: 10 603 975-0
Rua C-159, N° 686, QD. 297, LT. 9, 18, 19 e 20
Jardim América, Goiânia - GO - CEP: 74.255-140

📍 **Filial**

Supermédica Distribuidora Hospitalar LTDA,
CNPJ: 06.065.614/0002-19/ INSC: 0778173100270
Tr.Sia Trecho 03/04, SN, Lote 625 e 695, Bloco B, Sala 222
Zona Industrial (Guard), Brasília - DF - CEP: 71.200-030